

CONTRATO N° 043/2025

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 025/2025
CREDENCIAMENTO N° 005/2025**

**TERMO DE CREDENCIAMENTO N°
005/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O
CONVALE POR INTERMÉDIO DO SEU
PRESIDENTE E A SOTOPETRA
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE
ADVOCACIA.**

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONVALE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 19.864.323/0001-51 e tem sua sede localizada na Rua Antonio Moreira Carvalho, 135, Sala: 02; - Boa Vista, Uberaba - MG, 38.017-250, representado neste ato pela Presidente Sr. CELSON PIRES DE OLIVEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e a SOTOPETRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, cadastrada no CNPJ sob o nº 04.772.565/0001-48, com sede à Rua Cantagalo, nº 1391, Bairro Tatuapé, CEP: 03319-001, São Paulo – SP, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) MARCELO SOTOPETRA, brasileiro, solteiro, advogado, portador(a) da Cédula de Identidade nº 20.433.780-X e CPF nº 134.684.448-85, residente e domiciliado(a) na cidade São Paulo – SP, doravante denominada CREDENCIADA, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 025/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento, decorrente do Instrumento auxiliar de Credenciamento n. 005/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS CONTENCIOSOS E ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL EM TODOS OS GRAUS DE JURISDIÇÃO, INICIALMENTE NA JUSTIÇA FEDERAL PARA APURAR E REAVER OS VALORES PAGOS A TÍTULO DE IRPJ/IRRF A UNIÃO, NOS TERMOS DO TEMA 1.130 DA REPERCUSSÃO GERAL DO STF, ESPECIALMENTE DOTADA DE CAPACIDADE TÉCNICA/JURÍDICA PARA ATUAR NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, PARA ATENDIMENTO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS CONTENCIOSOS E ACOMPANHAMENTO	--	SV	1,00	R\$ 0,19	R\$ 0,19

LUIZ
ANTONI
O
NOVAIS
DE
OLIVEIR
A
JUNIOR
Luis Antônio Novais
Advogado
Av. Presidente Vargas, 1000
Centro
Uberaba - MG
58040-000
Celular: (34) 9999-1111
WhatsApp: (34) 9999-1111
E-mail: luisnovais@bol.com.br
Endereço: Rua Presidente Vargas, 1000
Centro
Uberaba - MG
58040-000
Data: 2025-12-15
Hora: 13:11:18
Assinado em PDF
Data: 2025-12-15
Hora: 13:11:18
Assinado por Luis Antônio Novais
Data: 2025-12-15
Hora: 13:11:18

MARCE
LO
SOTOP
ETRA:1
468444
885
Assinado d
forma digit
por MARCELO
SOTOPETRA
134684448
Dados:
2025.12.30
13:11:18
-03'00'

BIANC
A
FERRE
RA
XAVIE
Assinado c
forma digi
por BIANCA
FERREIRA
XAVIER
Dados:
2025.12.30
13:13:55
-03'00'

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	<p>PROCESSUAL EM TODOS OS GRAUS DE JURISDIÇÃO, INICIALMENTE NA JUSTIÇA FEDERAL PARA APURAR E REAVER OS VALORES PAGOS A TÍTULO DE IRPJ/IRRF À UNIÃO, NOS TERMOS DO TEMA 1.130 DA REPERCUSSÃO GERAL DO STF, ESPECIALMENTE DOTADA DE CAPACIDADE TÉCNICA/JURÍDICA PARA ATUAR NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, PARA ATENDIMENTO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.</p>					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será pelo período de 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1. Os serviços serão prestados por pessoa jurídica especializada, referência no mercado jurídico, com notório saber em Direito Público, devendo estar devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e determinações exigidas nesse instrumento e no termo de referência.

3.2. O contratado deverá prestar os serviços de assessoria e consultoria jurídica de forma prática e objetiva, contenciosos e acompanhamento processual em todos os graus de jurisdição.

3.3. As atividades desempenhadas pelo contratado serão dirigidas e requisitadas pelo Município consorciado, sendo aferidas consoantes requisições prévias. Os serviços deverão ser desenvolvidos de maneira proativa, mediante apontamento de soluções para resguardar benefícios e afastar prejuízos à coletividade e à Administração Municipal, observando-se sempre o objeto contratado.

3.4. A empresa contratada será responsável por todos os custos necessários ao cumprimento o objeto licitado inclusive tributos, encargos sociais, deslocamentos da equipe técnica até o

LUIZ ANTONIO NOVAIS DE OLIVEIRA JUNIOR
 Assinado digitalmente por LUIZ ANTONIO NOVAIS DE OLIVEIRA JUNIOR
 Data: 2025.12.30
 Hora: 13:11:33
 Certificado Digital, CN: Assinatura Digital, Org: ASSINATURA DIGITAL, Lote: 1346844885, Validade: 2025-12-30, Assinante: MARCELO SOTOPETRA, Endereço: Rua das Flores, 1000, Centro, Rio de Janeiro, RJ, 22231-000, Brasil, Telefone: 21321177, Email: marcelo.sotopietra@convale.com.br, CPF: 013.959.242-58

MARCELO SOTOPETRA
 ETRA:1
 346844
 4885

Assinado de forma digital por MARCELO SOTOPETRA: 13468444885 Dados: 2025.12.30 13:11:33 -03'00'

BIANCA FERREIRA XAVIER

Assinado de forma digital por BIANCA FERREIRA XAVIER Dados: 2025.12.30 13:14:12 -03'00'

município, hospedagem e alimentação e quaisquer outros ônus que por ventura possam recair sobre a realização do serviço objeto da presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 0,19 (dezenove centavos)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

6.3. O pagamento será realizado após emissão de nota fiscal pelo contratante devidamente autorizada pelo Município consorciado.

6.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a nota fiscal.

6.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os valores inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/06/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

LUIZ
ANTONI
O
NOVAIS
DE
OLIVEIR
A
JUNIOR
Assinado digitalmente por
LUIZ ANTONIO NOVAIS DE OLIVEIRA JUNIOR
CPF: 101.100.000-00
Data: 2025-12-19T14:19:46-03:00
AMENDADO EM 19/12/2025
Assinado digitalmente por
AMANDSON MIRIAN DE OLIVEIRA XAVIER
Data: 2025-12-19T14:19:46-03:00
Locadora de veículos
Ribeirão Preto
Brasil
-03:00
Data: 2025-12-19T14:19:46-03:00
Assinado digitalmente por
LUIZ ANTONIO NOVAIS DE OLIVEIRA JUNIOR
CPF: 101.100.000-00
Data: 2025-12-19T14:19:46-03:00

MARCEL
O
SOTOPEN
TRA:134
6844488
5

Assinado de
forma digital
por MARCELO
SOTOPENTRA:1
3468444885
Dados:
2025.12.30
13:11:46
-03'00'

BIANCA
FERREI
RA
XAVIER

Assinado de
forma digital
por BIANCA
FERREIRA
XAVIER
Dados:
2025.12.30
13:14:26 -03'00'

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

LUIZ
ANTONI
O
NOVAIS
DE
OLIVEIR
A
JUNIOR

A assinatura digital
de LUIZ ANTONIO NOVAIS DE OLIVEIRA JUNIOR
é realizada com base
no Edital de Licitação
nº 01/2025, que
estabelece como
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE
ULTRÍPIA - RUA
SANTOS DUMONT, 1000
CEP: 59310-120
UF: PI
Data: 2025-12-19
Hr: 13:14:39
Assinante: LUIZ ANTONIO NOVAIS DE OLIVEIRA JUNIOR

MARCELO
SOTOPETRA;
3468444885

Assinado de
forma digital
por MARCELO
SOTOPETRA;
3468444885
Dados:
2025.12.30
13:11:58
-03'00'

BIANC
FERRE
RA
XAVIER

Assinado de
forma digital
por BIANCA
FERREIRA
XAVIER
Dados:
2025.12.30
13:14:39
-03'00'

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Executar o objeto desse credenciamento com qualidade e eficiência, dentro dos padrões e prazos exigidos pelo Credenciante e segundo os padrões e detalhamentos técnicos constantes do neste instrumento.

9.2. Cumprir todas as demais obrigações principais e acessórias constantes em Termo de Referência, em Edital de Licitação, em seus Anexos, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes de imperfeições dos serviços, conforme especificações, prazo e local predeterminados, acompanhada da respectiva nota fiscal.



- 9.3. Responder pelas despesas relativas a frete, encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas em razão da execução do objeto deste registro.
- 9.4. Designar um responsável, idôneo e habilitado, com poderes para representá-la, receber notificações da fiscalização dos Municípios consorciados e deliberar sobre todos os assuntos, visando ao bom e fiel cumprimento do contrato.
- 9.5. Conferir e analisar a regularidade e exatidão dos documentos recebidos e elaborar as peças técnicas relativas à propositura, defesa, impugnação, recursos e todos os demais atos processuais necessários;
- 9.6. Manter, às suas expensas e risco, o serviço de controladoria, acompanhamento e controle de publicações judiciais decorrentes dos processos sob sua condução, inclusive nos portais eletrônicos;
- 9.7. Comunicar imediatamente eventual alteração de seu endereço profissional, de forma a garantir o recebimento de toda e qualquer comunicação ou notificação judicial, sob pena de responder pelas consequências de perda de prazo e de demais prejuízos processuais;
- 9.8. Submeter ao Município consorciado, por escrito, qualquer proposta de desistência, assim como fundamentar a não propositura de ação ou não adoção de medida judicial, extrajudicial e/ou administrativa, não podendo a ausência de submissão formal ser interpretada como autorização tácita;
- 9.9. Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, e comerciais resultantes da execução do contrato;
- 9.10. Declarar estar em dia com as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias;
- 9.11. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, bem como por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros no período de prestação de serviços ao CONTRATANTE, inclusive durante a locomoção e transporte de equipamentos e pessoal aos locais de trabalho;
- 9.12. Responsabilizar-se integralmente por sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à consecução dos trabalhos durante toda a execução do contrato dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação das penalidades previstas;
- 9.13. Responder, a qualquer tempo, pela qualidade dos serviços prestados;
- 9.14. Comparecer, sempre que solicitada, a sede da fiscalização, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções ou participar de reuniões, que poderão realizar-se em outros locais;
- 9.15. Observar, no decorrer da prestação do serviço, todos os termos da Lei Federal nº. 14.133/2021 e normas complementares, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.
- 9.16. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e condições de assinatura do contrato exigidas por ocasião da licitação que precedeu este ajuste, obrigando-se, ainda, a comunicar a unidade requisitante, toda e qualquer alteração dos dados cadastrais, para atualização, podendo a Administração requerer a sua comprovação, a qualquer tempo, durante a vigência do contrato.
- 9.17. Os serviços deverão ser executados por profissionais comprovadamente capacitados.
- 9.18. Guardar e fazer com que seus prepostos empregados guardem absoluto sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pela CONTRATANTE, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos.

LUIZ
ANTONIO
NOVAIS
DE
OLIVEIR
A
JUNIOR
Assinado de forma digital por LUIZ ANTONIO NOVAIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Data: 2025.12.30
13:12:11
Local: Rio de Janeiro, RJ
Porto: 2025.12.30
13:12:11
Papel: Padrão Verde
242328

MARCEL
O
SOTOPEN
TRA:134
6844488
5

Assinado de forma digital por MARCELO SOTOPENTRA:134 3468444885
Dados:
2025.12.30
13:12:11
-03'00'

BIANC
A
FERREI
RA
XAVIER
Assinado de forma digital por BIANCA FERREIRA XAVIER
Dados:
2025.12.30
13:14:52
-03'00'



10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexequção parcial do contrato;

- b) der causa à inexequção parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexequção total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexequção parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

10.2.4. Multa:

- a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 10.1, de 5% a 30% do valor do Contrato.

- c) Compensatória, para a inexequção total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 10.1, de 5% a 15% do valor do Contrato.

- d) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

- e) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

- f) Para a infraction descrita na alínea "a" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no

LUIZ
ANTONI
O
NOVAIS
DE
OLIVEIR
A
JUNIOR
Assinado digitalmente por
LUIZ ANTONIO NOVAIS DE OLIVEIRA
Data: 2025.12.30
HORA: 13:15:05
Certificado: PSC-A1
Assunto: Contrato de Serviços de Consultoria
Número: 00000000000000000000000000000000
Assinatura: LUIZ ANTONIO NOVAIS DE OLIVEIRA
Endereço: Rua das Flores, 123
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro
Estado: RJ
CEP: 22222-000
CPF: 123.456.789-00
RG: 123456789
Data de Nascimento: 12/12/1985
Sexo: Masculino
Profissão: Advogado
E-mail: luanovaolis@convale.com.br

MARCEL
O
SOTOPEN
TRA:1346
8444885

Assinado de
forma digital
por MARCELO
SOTOPENTRA:13
Dados:
2025.12.30
13:12:25-03'00

BIANCA
FERREIR
A
XAVIER

Assinado de
forma digital
por BIANCA
FERREIRA
XAVIER
Dados:
2025.12.30
13:15:05-03'00

caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

LUIZ
ANTONI
O
NOVAIS
DE
OLIVEIR
A
JUNIOR
Assinado digitalmente por
LUIZ ANTONIO NOVAIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Data: 2025-12-30
Horário: 13:12:37
Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil
IP: 185.25.100.128
Nome: LUIZ ANTONIO NOVAIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Assinatura: 13468444885

MARCEL
O
SOTÓPIE
TRA:1346
8444885

Assinado de
forma digital
por MARCELO
SOTÓPIE:
13468444885
Dados:
2025.12.30
-03'00'

BIANCA
FERREI
A
XAVIER

Assinado de
forma digital
por BIANCA FERREI
XAVIER
Dados:
2025.12.30
13:12:37
-03'00'

-
- 11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 11.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 11.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 11.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 11.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.3.3. Indenizações e multas.
- 11.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 11.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

LUIZ
ANTONI
O
NOVAIS
DE
OLIVEIR
A
JUNIOR

A assinatura digital por LUIZ ANTONIO NOVAIS DE OLIVEIRA JUNIOR, no documento intitulado "Contrato de Fornecimento de Serviços de Consultoria Jurídica - Contrato nº 001/2021", foi realizada no dia 2025/12/30 às 13:12:50, mediante a utilização de seu dispositivo eletrônico. O documento é assinado por MARCELO SOTOPETRU, que é o destinatário da assinatura. O documento é válido para fins legais no Brasil. Localização: Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

MARCE
O
SOTOP
TRA:13.
684448
5

Assinado de forma digital por MARCELO SOTOPETRU 134684448 Dados: 2025.12.30 13:12:50 -03'00'

BIANCA
FERREIR
XAVIER

Assinado de forma digital por BIANCA FERREIRA XAVIER Dados: 2025.12.30 13:15:36 -03'

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas: : 187.04.122-0001. 3.3.90.39.00.00 outros serviços de terceiros – pessoa jurídica – fonte de recursp 01.0500.0000.0000 – recursos não vinculados de impostos.

12.2. As dotações relativas aos exercícios financeiros subsequentes serão indicadas após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021). 



14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Uberaba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Uberaba/MG, 17 de dezembro de 2025.

CELSON PIRES DE Assinado de forma digital
por CELSON PIRES DE
OLIVEIRA:28545478615
78615 Dados: 2025.12.19 07:14:02
-03'00'

CONTRATANTE

MARCELO Assinado de forma digital por
SOTOPETRA:13468444885 MARCELO SOTOPETRA:13468444885
Dados: 2025.12.30 13:13:32 -03'00'

CONTRATADO

Testemunhas:

CHARLLES Assinado digitalmente por CHARLES BARCELLOS:03719797651
BARCELLOS:03719797651 NID: C-BR, O:ICP-Brasil, OU:00714927000103, OU:Secretaria da Receita Federal
CH:CHARLES BARCELLOS:03719797651 Razão: Eu sou o autor desse documento
Data: 2025.12.18 10:25:37-03'00'
Fайл PDF Reader Versão: 2024.4.0

CPF nº _____

BIANCA FERREIRA XAVIER Assinado de forma digital por BIANCA
FERREIRA XAVIER
Dados: 2025.12.30 13:16:12 -03'00'

CPF nº _____

LUIZ
ANTONI
O
NOVAIS
DE
OLIVEIR
A
JUNIOR
Assinado digitalmente por
LUIZ ANTONIO NOVAIS DE OLIVEIRA JUNIOR
NID: C-BR, O:ICP-Brasil, OU:00714927000103, OU:Secretaria da Receita Federal
CH:LUIZ ANTONIO NOVAIS DE OLIVEIRA JUNIOR:03719797651 Razão: Eu sou o autor desse documento
Data: 2025.12.18 10:25:37-03'00'
Fайл PDF Reader Versão: 2024.4.0

